



## *Jornal Estudantil Como Espaço Público De Participação: Uma Reflexão A Partir De Hannah Arendt<sup>1</sup>*

Alexandre Nunes de Sousa<sup>2</sup>  
Universidade Federal do Ceará, Ceará, CE

### **RESUMO**

Este artigo tem por objetivo promover uma reflexão acerca do jornal estudantil não apenas como uma ferramenta pedagógica em seu sentido estrito, mas também como um formador de espaços públicos e democráticos de cidadania nas escolas. Para tanto foi utilizado como fio condutor de análise o pensamento da filósofa alemã Hannah Arendt. O estudo empírico aqui exposto foi realizado junto à experiência da ONG cearense “Comunicação e Cultura” e aos jornais que a mesma fomenta nas instituições de ensino da cidade de Maracanaú. Foram analisadas as edições de três destes jornais: Liberdade Jovem, O verbo, GAMPH. As reivindicações dos jornais pelo direito à fala, à opinião e à participação na gestão da política pública mostram-se como resultados desta experiência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Jornal estudantil, Espaço Público, Participação, Democracia, Hannah Arendt.

### **1. INTRODUÇÃO:**

Neste artigo pretendemos abordar as questões referentes às “práticas de negociação” que atuam no processo de criação do jornal estudantil como um possível espaço de interlocução pública dentro e fora da escola na experiência singular da ONG Comunicação e Cultura<sup>3</sup> e sua atuação nas escolas do município de Maracanaú- Ceará. Para tanto, interpretamos as percepções dos jovens que fazem os jornais fomentados pela ONG acerca da produção e dos conflitos que se estabelecem para a concretização das publicações.

Propomo-nos também refletir sobre o jornal estudantil a partir da interlocução que o mesmo estabelece com o Estado visando o monitoramento da Política Pública na realidade singular das unidades de ensino. Juntamente a este fenômeno pretendemos

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT 07 – Comunicação, espaço e Cidadania do XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 15 a 17 de junho de 2011.

<sup>2</sup> Professor de Comunicação e Cultura na Universidade Federal do Ceará - UFC/Campus Cariri. Mestre em Políticas Públicas/UECE. Email: alexandrenunes@cariri.ufc.br

<sup>3</sup> Comunicação e Cultura é uma ONG cearense fundada em 1991 que trabalha com o fomento do jornal alternativo em movimentos sociais e escolas do mesmo estado. Não cabe aqui detalhar profundamente sua origem e proposta, para tanto vide Barbalho e Sousa (2009, 2010) e Sousa (2009).



discutir a proposta de construção e re-significação das práticas e discursos político-culturais dentro daquelas mesmas escolas. Neste sentido, analisaremos as negociações estabelecidas entre os jovens participantes do jornal promovido pela ONG e os principais educadores que atuam na escola. Porém, antes definiremos como compreendemos a categoria “espaço público”.

## **2. A COMUNICAÇÃO E O ESPAÇO PÚBLICO EM HANNAH ARENDT**

Uma das propostas do jornal estudantil fomentado pela ONG Comunicação e Cultura é acompanhar a coerência entre discurso e prática dos agentes que atuam na instituição de ensino. Ou, ainda, tem o objetivo de tencionar a gestação de espaços públicos. Desde já destacamos que percebemos a formação destes espaços sempre no plural. Sendo estas instâncias de decisão permeadas por contradições, ambigüidades e descontinuidades que, por sua vez, reforçam aquela idéia de “teia de relações”. Ou seja, os espaços públicos contemporâneos têm como característica fundamental serem permanentemente abertos, reconfiguráveis e sujeitos inclusive à possibilidade não-efetivação. Para nos ajudar a interpretar os processos de constituição desta “teia” utilizamos o pensamento político de Hannah Arendt e alguns seus intérpretes contemporâneos.

Arendt (2002) já apontava sua discussão sobre Espaço Público nos últimos parágrafos de “As origens do totalitarismo” quando discute o fato de que os fenômenos nazistas e stalinistas, mesmo com toda as suas habilidades na proposta de destruição da espontaneidade e na produção de comportamentos miméticos, não conseguiram destruir a natalidade, a capacidade de emergência do **novo** no seio da sociedade.

Embora ainda não utilize explicitamente o termo Espaço Público, a autora argumenta que aqueles governos não possuíam o controle total do nascimento (do vir a ser) que cada novo homem/mulher representa. Neste sentido, sempre segundo Arendt, os homens nascem para estrear um novo começo sob a terra. Um “novo” que se faz viável apenas devido à possibilidade de ocupação dos diversos locais públicos, que como tais, estabelecem a interlocução entre os seres humanos dotados de fala. É neste sentido que a escritora alemã finaliza aquela obra sombria. A saber, dizendo um sim à natalidade:



Permanece a verdade de que todo fim da história constitui necessariamente um novo começo; esse começo é a promessa, a única ‘mensagem’ que um fim pode produzir. O começo, antes de tornar-se evento histórico, é a suprema capacidade do homem; politicamente, equivale à liberdade do homem. *Initium ut esset homo creatus est*- ‘o homem foi criado para que houvesse um começo’ disse Agostinho. Cada novo nascimento garante esse começo; ele é, na verdade, cada um de nós (2002, p. 531).

Ancorada nesta percepção da capacidade do homem de instaurar um novo início sobre a terra, Hannah Arendt desenvolverá sua teoria da *Vida Activa*. Para a autora é somente no Espaço Público que se efetiva a condição humana. Esta significa dividir com muitos o mundo e poder confrontá-lo. Surge então a necessidade da pluralidade. Ou seja, “um pensamento que se pretende autêntico, que não dá crédito aos ‘muitos’, não aceita o desafio da pluralidade que permanece necessária à *condutio humana*” (SAFRANSKI, 2000, p. 443).

É neste momento que a noção de poder de Arendt se aproxima com a de hegemonia em Gramsci (1984). Nela o poder não é aplicado nem armazenado, mas criado. É a capacidade de agir em concerto. Para que esta ação se faça é preciso um consenso daqueles ‘muitos’ os quais nos referimos mais acima. Este poder é limitado apenas pela “existência de outras pessoas, limitação que não é acidental, pois o poder corresponde antes de mais nada, à condição humana da pluralidade” (ARENDRT, 2001, p. 36). Esta pluralidade vai marcar o espaço público arendtiano onde os seres vivos dotados de fala discutem e agem.

De forma semelhante Martin-Barbero nos lembra que Gramsci atravessa os *Cadernos do Cárcere* discutindo as disputas pela hegemonia que se estabelecem no seio da sociedade civil, ao afirmar que a hegemonia se faz, refaz e desfaz permanentemente “num ‘processo vivo’, feito não só de força, mas também de sentido, de apropriação de sentido pelo poder de sedução e de cumplicidade” (MARTIN-BARBERO, 2008, p. 112). Ou seja, aqui, como em Arendt, o poder não é simplesmente detido, mas derivado de uma relação.

Se Martin-Barbero afirma que o Poder/hegemonia se faz não só de força, Hannah Arendt vai além desta proposição ao afirmar que “a violência sempre pode destruir o poder; do cano de uma arma emerge o comando mais efetivo, resultando na mais perfeita e instantânea obediência” (ARENDRT, 1994, p. 41). Nesta perspectiva a violência pode ser justificável no uso, por exemplo, do aparelho coercitivo do Estado,



utilizando o termo de Gramsci, mas nunca será legítima. Só quem precisa e pode ser legítimo é o poder, este “emerge onde quer que as pessoas se unam e ajam em concerto, mas sua legitimidade deriva mais do estar junto inicial do que de qualquer ação que então possa surgir-se” (ARENDR, 1994, p. 41).

Em nossa interpretação é, portanto, a hegemonia, com suas articulações acerca dos consensos em torno dos “negócios humanos”, que vai gerar o que Arendt chamou de o sexto sentido da comunidade humana: o mundo comum.

Não utilizamos o termo “negócios humanos” por acaso. Para Arendt (2001) a “fragilidade dos negócios humanos” é a mais profunda característica do mundo onde estão inseridos os indivíduos modernos. Sem referências para a orientação de seu agir na contemporaneidade, os homens estariam obrigados a enfrentar a problemática da convivência sem as garantias antes oferecidas pela tradição e pela religião. Tendo por base esse contexto Telles nos lembra que “se ambas [a religião e a tradição] perderam sua credibilidade no mundo moderno isto acarretou ao mesmo tempo [...] a perda da autoridade que o passado tinha sobre os homens e na qual [eles] se apoiavam (1999, p. 30)”.

Na modernidade os homens estariam sem critérios seguros de ação no mundo e de discernimento. Telles (1999) afirma que aqui a questão central de Arendt é saber em **que** pode se apoiar o discernimento para uma vida civilizada uma vez que vivemos mundo secularizado e desencantado (para utilizar a expressão de Weber). Este é o dilema do homem moderno, pois a convivência humana a partir de então tende a ser pensada em seus próprios termos, ou seja, sem pressupostos transcendentais ou das tradições.

Para Telles (1999) ao se questionar e relativizar estas “regras” da tradição ou da religião, os homens passam a depender inteiramente da contingência do conviver humano e, sobretudo, da capacidade de construir e partilhar um “mundo comum” derivado desta convivência. O “mundo comum” seria aquele “sexto sentido” que possibilitaria o estabelecimento da comunicação com os demais e a experiência da pluralidade humana. Arendt (2001) aproxima-se aqui mais uma vez da noção de hegemonia em Gramsci (1987), a saber: a capacidade de dirigir intelectualmente grupos ou classes sociais.



O compartilhamento do mundo ou, nos termos próprios da autora, a construção do “mundo comum” conferiria ao homem aquela capacidade de orientação sobre a terra. Este “mundo comum” seria o espaço de discussão da medida do justo e do injusto. É ainda construído nele o espaço público de interlocução, onde os seres sociais, dotados de discurso e da ação disputam a capacidade de dar significado ao mundo e, por conseguinte re-construírem permanentemente aquele mesmo “mundo comum”.

Arendt (1999) aprofunda essa questão ao discutir o fenômeno do Nazismo na Alemanha e em especial no julgamento de Eichmann em Israel, 1961. A banalidade do mal é a categoria que a citada pensadora coroa como ponto de chegada da ausência de um “mundo comum”. Aqui a medida do justo e do injusto é dissolvida e massacres cometidos contra seres humanos são institucionalizados. É nesse contexto que se revela o significado da ‘fragilidade dos negócios humanos’ num mundo onde as fronteiras que distinguiam a barbárie e a civilização apresentam-se incertas, sem garantias e frágeis (TELLES, 1999).

Hannah Arendt voltaria ao modelo da polis grega para mostrar que foi a extinção (ou o retraimento) do espaço público que mergulhou o homem naqueles “tempo sombrios”. Segundo a autora foi a experiência totalitária que levou ao extremo o dilema da modernidade: a exigência de se pensar o convívio humano a partir de seus próprios termos. Ou seja, a história da modernidade seria a história da dissolução do Espaço Público. Sennett (1988) caminha nessa perspectiva ao relatar o desgaste crescente da vida pública e das organizações democráticas no século XX. O escritor critica ainda a fuga para a intimidade e a privatização ou o que ele veio a chamar de “narcisismo moderno”.

Alinhada à abordagem de Sennett, Arendt (2001) resgata a noção de privado na acepção dos gregos onde este “significava literalmente um estado no qual o indivíduo se privava de alguma coisa e até mesmo das mais altas e mais humanas capacidades do Homem” (2001, p. 48). Era como se o indivíduo completamente privado não fosse inteiramente humano. A autora pontua ainda que esta noção muda substancialmente com o advento do moderno individualismo onde a privatividade será o local do íntimo. Logo, a ascensão da sociedade de massa é que deflagra o que Arendt chamou de “fenômeno do conformismo” como característica do último estágio da evolução moderna. Ainda nesta direção a autora afirma:



Um fator decisivo é que a sociedade, em todos os seus níveis exclui a possibilidade da ação [...] ao invés de ação, a sociedade espera de cada um dos seus membros certo tipo de comportamento, impondo inúmeras e variadas regras todas elas tendentes a ‘normalizar’ os seus membros, a abolir a ação espontânea ou a reação inusitada (2001, p. 50).

Esta ausência de espontaneidade foi, para a pensadora alemã, a principal característica que definiu de forma exacerbada de retração - e por vezes extinção - do espaço público germânico. A ascensão destes comportamentos previsíveis – como já falamos levados às últimas conseqüências na sociedade total – vai ser uma das características do declínio daquele homem público. É tendo em vista este pressuposto que a noção de Espaço Público em Arendt se efetiva. Telles (1999) ao analisar tal formulação diz que antes de tudo o Espaço Público é o local do aparecimento e da visibilidade. Visibilidade esta que constrói o mundo humano:

Para nós a aparência – aquilo que é visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos – constitui a realidade. [...] até mesmo as maiores forças da vida íntima – as paixões do coração, os pensamentos da mente, os delírios do coração, os deleites dos sentidos - vivem uma espécie de vida incerta e obscura, a não ser que e até que sejam transformadas e desindividualizadas, por assim dizer, de modo a tornar-se adequadas à aparição pública (ARENDDT, 2001, p. 59-60).

De imediato esta parece ser a característica principal do jornal estudantil promovido pela ONG na escola: trazer à luz questões por vezes negligenciadas. Não é à toa que ela (a escola) será uma das temáticas mais visadas pelos jovens nas publicações. A abordagem dos problemas dessa instituição num veículo de comunicação permite a relativa des-personificação, ou nos termos de Arendt, a desindividualização dos temas tratados. Embora nem sempre ocorra desta forma. Analisamos estes processos no tópico subsequente.

### **3. A PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DO JORNAL ESTUDANTIL NO ESPAÇO PÚBLICO**

Pouco antes das férias escolares, os jornalistas estudantis do Liberdade Jovem<sup>4</sup> publicavam um situação que julgavam completamente imprevista. O editorial daquela edição relatou o ocorrido:

Um fenômeno inesperado aconteceu após nossas últimas edições, pois o nosso jornal que antes era bem aceito pelo núcleo gestor [da escola] e um pouco

---

<sup>4</sup> Jornal estudantil produzido pela ONG Comunicação e Cultura junto aos jovens estudantes da Escola de Ensino Fundamental e Médio Professor Martins Filho situada no município de Maracanaú - Ceará.



rejeitado pelos alunos, acabou se invertendo. Isso aconteceu desde que começamos a tratar de assuntos relacionados aos problemas da escola (jornal *Liberdade Jovem*, nº 05, p.01).

A imprevisibilidade da reação dos atores escolares diante do jornal pode ser considerada como uma realidade típica de um Espaço Público formado ou em vias de formação. Afinal, a relação como os gestores, que havia começado amistosa, mudara completamente suas configurações em um intervalo de seis meses, ou ainda, de três edições.

Esta mudança de postura nem de longe se assemelhava aos relatos esdrúxulos vivenciados no passado por outros jornais que no início da atuação da ONG nos anos 1990 foram queimados, tiveram participantes subornados para a não publicização de determinados fatos, etc.

A perpetuação destas histórias referentes ao surgimento do jornal estudantil nas escolas do Ceará mais que uma simples repetição de acontecimentos aparece como geradora de elos entre os diversos jornais. Nos encontros entre os jornais era possível ver também o constante resgate de uma espécie de matriz-do-passado para elucidar, e por vezes guiar, as ações do presente. Chegando ao ponto de alguns jovens desejarem vivenciar aquelas experiências já incorporadas às “lendas” do jornal estudantil, como nos relata o ex-integrante de *O verbo*<sup>5</sup>:

Nunca houve discussão e era meu sonho que houvesse. Eu amava ouvir dos adolescentes nos intercâmbios que ‘a direção queimou o meu jornal’ que ‘a direção trancou o meu jornal numa sala’ e eu morria de vontade que isso acontecesse. Mas nunca aconteceu. A relação [com a diretoria] sempre foi muito boa.<sup>6</sup>

Somente um espaço coletivo como o dos próprios jornais é capaz de conservar este tipo de memória, também coletiva, da ação na escola. Memória que não se reduz à nostalgia em relação ao passado, mas que configura, ou pelo menos aponta estratégias de ação. É o que Arendt (2001) chama de preservação da ação contra o esquecimento. Esta preservação, mediada pela palavra, é o que garante a continuidade do Espaço Público. Espaço que só tolera o que for acordado como relevante e digno de ser incluído

---

<sup>5</sup> Jornal estudantil produzido pela ONG Comunicação e Cultura junto aos jovens estudantes do Liceu de Maracanaú - Ceará.

<sup>6</sup>Entrevista feita com ex-coordenador do jornal *O verbo*.



nesta memória coletiva. O que não fosse assim cairia automaticamente na esfera privada ou no esquecimento.

É neste sentido que os estudantes tomam para si aquelas narrativas de conflito vivenciadas anteriormente por outros jornais estudantis e as incorpora no sentido da explicitação e consolidação da imagem do jornal como um instrumento combativo que vem, ao longo dos anos, enfrentando conflitos e disputando poder principalmente junto àqueles educadores menos familiarizados com a crítica da gestão escolar.

Aquelas narrativas que conseguem se perpetuar terminam por fundar uma tradição que não é apenas a continuação do passado no presente, mas a criação de registros e signos através dos quais é permitido o contar de uma história e o fazer de novas ações, tendo por base as vivências passadas. Para Arendt (2001) esta narração é uma das mediações que permite a durabilidade do “mundo comum”.

O conhecimento desta “história comum” parece ser um dos motivos que impulsionam os jovens ao “empoderamento” de sua autonomia jornalística frente à escola. A consciência desta “tradição” e de que o jornal é uma publicação livre parece relativizar as relações de poder entre educador e educando quando estas se apresentavam de forma mais assimétrica. Como no caso do jornal *Liberdade Jovem*:

Era como se fosse uma ditadura. Eles diziam que se a gente falasse mal eles iriam acabar com o jornal. Ai eu dizia: ‘não você não têm o poder de acabar com o jornal porque o jornal é livre’. E coordenadora ameaçava. [...] Eu não sei o que é que eles viam na gente que era aquela perseguição de querer acabar. Eles não gostavam do jornal.<sup>7</sup>

Esta precariedade artificial dos significados da coisa pública e do espaço público em nossa sociedade ou ainda sua indistinção com o espaço privado vai redundar numa verdadeira simbiose entre “direito e favor”, “cidadania e privilégio”, “indivíduo e pessoa”. Da Matta (1997) atribui essa indiferenciação ao fato de, no Brasil, o status de cidadão ter sido historicamente construído como uma posição inferior. Num país onde a mediação quase universal é o favor, o cidadão é aquele não possuidor de privilégio. Este cidadão assume então, a figura do “indivíduo” subordinado às leis ou às regras sociais, não podendo transgredi-las, sob o risco de punição legal. Ao contrário disto, emerge a figura da “pessoa”, como momento predominante de identidade social.

---

<sup>7</sup> Entrevista com a ex-coordenadora do jornal *Liberdade Jovem*.



Quer dizer, no Brasil os seres sociais são reconhecidos pelas suas relações pessoais e pelas formas como articulam a detenção de privilégios. Nestes termos, não é de se estranhar que muitas daqueles conflitos gerados pelo jornal sejam tomados de forma pessoalizada. Tal fenômeno parece demonstrar que o jornal estudantil tenciona reconfigurações na cultura política escolar ao criar um *lócus* sem a presença direta dos educadores ou membros dos Núcleos Gestores. Vale ressaltar: cria-se o “mundo comum” que permite a diversidade de discursos, interpretação e ações no cotidiano estudantil.

É interessante perceber como os problemas escolares no cotidiano institucional ganham caminhos diversos em relação aos encaminhamentos de soluções de acordo com o teor da relação “direção escolar e jornal”. O jornal O verbo revelou não possuir interferências dos gestores, muitas vezes o problema já estava resolvido antes mesmo do jornal ser distribuído:

Se você tem uma boa relação com a direção e o banheiro do colégio sempre está sujo. Você fazer um texto sobre o sobre o banheiro, você vai pedir o direito de resposta na mesma edição [...] [e então o diretor diz]: ‘não se preocupe que a gente vai mandar limpar o banheiro’. Quando o jornal sai o problema do banheiro sujo já não existe mais.<sup>8</sup>

A presença de um órgão de comunicação público no colégio é uma forma de “catalisar” a resolução de demanda por parte dos estudantes. Pelo menos aquelas mais imediatas como concerto de bebedouros, limpeza das salas, etc. Na realidade dos jornais investigados o resultado é que a maioria das reivindicações é respondida antes mesmo de ser publicizada na impressão. Se por um lado o problema é resolvido, por outro os estudantes reclamam que o jornal se torna obsoleto. Nos termos do entrevistado: “perde o impacto”.

Um dos objetivos do jornal é exatamente o contrário, ou seja, mostrar a realidade escolar pela ótica do estudante. Sua meta é permitir que uma realidade restrita aos muros da escola, e conhecida quase sempre através do discurso oficial dos gestores possa ser vista por demais ângulos. Para Arendt é essa capacidade de visualização de uma mesma realidade a partir de diversas perspectivas que garante o seu estatuto de existência, bem como a emergência do Espaço Público:

---

<sup>8</sup> Entrevista concedida em 05 de março de 2008.



A realidade da esfera pública conta com a presença simultânea de inúmeros aspectos e perspectivas nos quais o mundo comum se apresenta e para os quais nenhuma medida ou denominador comum pode jamais ser inventado [...] Ser visto e ouvido por outros é importante pelo fato de que todos vêem e ouve de ângulos diferentes [...] o mundo comum acaba quando é visto somente sob um aspecto e só lhe é permitido uma perspectiva (2001, p. 67- 68).

Logo, a ação humana só é possível quando a uma realidade é permitida ser visualizada por diversas perspectivas. Assim, nada do que existe poderia aparecer no singular. É o que a autora chama de pluralidade, sendo esta a capacidade dos homens de fazerem apelo ao “senso comum” e construir coletivamente a referência de orientação no mundo, prevenindo-se, assim, do encapsulamento da vida privada (TELLES, 1999). Nos termos de Arendt:

O único atributo do mundo que nos permite avaliar sua realidade é o fato de ser comum a todos [...] graças ao senso comum, é possível saber que as outras percepções sensoriais mostram a realidade e não são meras irritações de nossos nervos, nem de uma reação de nosso corpo (ARENDRT, 2001, p. 229).

São o reconhecimento e a experiência desta polifonia que exigem a criação de um espaço próprio para o discurso e ação dos sujeitos. As opiniões deles seriam publicizadas exatamente via o diálogo público das questões que assim pretendem se apresentar. Emerge aqui a dimensão fundamental da comunicação como mediadora deste processo, posto que, “se o espaço público constrói um mundo comum entre os homens, este mundo tem que ser pensado não apenas como aquilo que é comum, mas como aquilo que é comunicável” (TELLES, 1999, p. 45). Distinto, portanto, das experiências subjetivas e pessoais. Em outros termos: diferentes das experiências privadas.

Este diálogo público, entretanto, possui outras configurações que também limitam a ação naquela micro-esfera-pública dentro da escola. Outros empecilhos se põem frente à proposta de monitoramento daquela Política Pública. Eles dizem respeito ao acesso aos dados do Estado e até mesmo a viabilidade de interpretação deles por parte dos jornais estudantis.

Esta realidade mais ampla de gestão de Estado, do gerenciamento de política pública e orçamento tende a aparece de uma forma mais fluida nos jornais, sem a mesma objetividade que é possível perceber quando as publicações tratam das questões



mais imediatas da escola. Talvez, como nos diz um informante do jornal GAMPH<sup>9</sup>, pelo próprio processo de maturação do aluno que produz o jornal estudantil e as limitações na compreensão das questões mais amplas em relação à política pública:

Então a gente não tinha uma maturidade de parar para ver e ter uma perspectiva de não só abranger a escola [imediatamente]. Por que a partir do momento que a gente tentava ir além a gente tinha um trabalho bem maior, tinha que ter uma discussão bem maior. Então a gente às vezes era limitada às questões da escola. [...] O problema é esse. Nesse intuito de ir além a gente precisava ter uma responsabilidade no conteúdo do que iria ser publicado e a gente muitas vezes não se sentia preparado para discutir com as problemáticas mais amplas que queria levantar. De saber quem está fazendo aquilo, quem é o responsável [por aquela questão no âmbito do Estado]. E a gente ainda era estudante.<sup>10</sup>

Neste momento a ONG entra em cena para orientar seu público alvo com cursos, capacitações, oficinas. Guardadas estas dificuldades o incentivo à prática do jornal estudantil parece propugnar o olhar investigativo sobre aquela realidade, rompendo com a “educação bancária” que enxerga o estudante como depósito de conhecimento (Freire, 1996) e promovendo a passagem da “consciência ingênua” para o desenvolvimento de uma capacidade própria de relacionar, deduzir e elaborar sínteses.

Uma das estratégias dos estudantes de Maracanaú era consolidar a idéia de que nas escolas havia um instrumento de monitoria e que, por sua vez, este instrumento se coligava a outros jornais estudantis promovidos pela ONG na tentativa de formação de uma rede de informações que fortificasse a credibilidade do que estava sendo escrito.

É importante percebermos que Telles (1999), ao refletir sobre a noção de Espaço Público em Hannah Arendt, argumenta que sem esta rede de circulação de informações, onde homens sejam ouvidos e vistos e possam ouvir e ver os outros, a liberdade de expressão equivale à liberdade dos loucos uma vez que nada do que eles pensam pode importar a alguém. Esta mesma compreensão aparece no discurso de um dos entrevistados embora não elaborada exatamente desta forma:

É muito importante essa história da liberdade de expressão. Só que eu acho que não é só isso. Não era para ser. [...] É um conceito massa [SIC], mas existe algo que precisa ser acrescentado á liberdade de expressão. [...] eu não acredito que só a liberdade de expressão possa trazer essa credibilidade. Eu acho que [o que

---

<sup>9</sup> Jornal estudantil produzido pela ONG Comunicação e Cultura junto aos jovens estudantes da Escola de Ensino Fundamental e Médio Flávio Pontes situada no município de Maracanaú - Ceará.

<sup>10</sup>Entrevista concedida em 05 de março de 2008.



trás essa credibilidade é] o compromisso com essa liberdade de expressão no que diz respeito à qualidade de texto, a qualidade de informação.<sup>11</sup>

O jovem parece falar da ausência ou contingência de um *lócus* que promova a organização – no sentido de ponto de convergência e também no sentido gramsciano de legitimidade, organicidade – e publicização das idéias. Sem ele a liberdade de expressão dentro da escola não passa de um jargão da retórica, letra morta na lei. É então que Arendt (2002) vai exaltar o direito à opinião. Para ela a maior privação dos direitos humanos é quando se nega ao homem não o direito de pensar, mas de opinar e de agir. Ele estaria assim, privado de um local no mundo onde se tornem significativas as opiniões e efetivas suas ações. Esta ação, para Arendt, é o atributo efetivamente humano do ser social. Privá-lo dela é privá-lo da própria condição humana. Em seus próprios termos:

Todas as atividades humanas são condicionadas pelo fato de que os homens vivem juntos; mas a ação é a única que não pode sequer ser imaginada fora da sociedade dos homens [...] Só a ação é prerrogativa exclusiva do homem; nem um animal nem um deus é capaz de ação (2001, p.31).

Aqui Arendt (2001) retoma as bases da filosofia aristotélica do homem como *Zoom politikon*. Ou seja, a prerrogativa humana é o agir na pólis, na política ou se quisermos, decidindo os rumos da cidade. A autora mais adiante afirmaria que “sem a ação para pôr em movimento no mundo o novo começo de que cada homem é capaz por haver nascido, ‘não há nada de novo debaixo do sol’” (2001, p. 32).

A tematização constante da realidade escolar nas diversas publicações promovidas pela ONG nas escolas de Maracanaú criou alguns desses “novos começos” que traduziram na “legitimação” daquele espaço construído pelo jornal.

Não podemos esquecer, entretanto que esta relação entre educadores e jornais estudantis também é uma relação pedagógica e por vezes os primeiros intervinham quando os grupos se desmobilizavam. Caso semelhante pode ser constatado no Jornal GAMPH:

Ela [a diretora] achava que os jornais tinham que ser independentes. [...] nunca interveio em nada no jornal e ela deixou bem claro: ‘vocês fazem o papel de vocês e com a gente vocês podem contar’. [...] É tanto que o Núcleo Gestor

---

<sup>11</sup> Entrevista realizada com o ex-coordenador do jornal O verbo



sempre cobrou quando a gente não tava lançando edição [...] e diziam que se fosse o caso eles bancavam [SIC] o jornal.<sup>12</sup>

Os jovens tinham clareza que, se por um lado o fato do núcleo gestor da escola se dispor a financiar o jornal denotava o incentivo à publicação e traduzia um apoio, por outro esta atitude comprometeria o propósito de autonomia dos estudantes. É também neste sentido que a ONG argumenta o fato de não financiar 100% do custo da edição: para que os jovens aprendam na prática a gerir não só um grupo, mas também coordenar as finanças através da captação de recursos por meio da venda de espaços publicitários no jornal (COMUNICAÇÃO E CULTURA, 2005b). Esta concepção parece não ficar restrita apenas à experiência, como afirma o jovem do jornal *O verbo*:

É uma coisa que eu tenho certeza que se eu for seguir o jornalismo profissional eu vou levar para o resto da vida, é muito importante [...] eu vou me policiar muito com a história da amizade. Até que ponto vai sua amizade com uma pessoa, com uma instituição que pode te vetar de alguma forma.<sup>13</sup>

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação dos dispositivos de orientação e fomentação públicas aqui descritos talvez seja o maior potencial existente nos jornais estudantis. Mais do que apenas publicizar o conflito dentro da escola (o que já é muito) o jornal parece propugnar formas de construção da vida escolar para a participação nos rumos daquela micro-esfera, possuindo como característica a pluralidade dos agentes, tendo em vista a contingência dos acontecimentos e a imprevisibilidade das ações. Ou seja, erigindo um espaço público (TELLES, 1999).

A ausência deste legítimo espaço facilitaria ações dos órgãos dirigentes que poderiam tender à inobservância das demandas postas ou o exercício do autoritarismo. O que instauraria, nos termos de Arendt (2001), a violência<sup>14</sup>. Sobretudo se nunca perdermos de vista que a realidade da escola tente a permanecer lá dentro. Portanto, “a desprivatização das estruturas decisórias do Estado e a publicização do conflito representam [...] as condições favoráveis ao avanço de construções hegemônicas alternativas” (DAGNINO, 2002, p. 210). Logo, um dos papéis fundamentais que o

---

<sup>12</sup> Entrevista concedida pelo ex-coordenador do jornal GAMPH

<sup>13</sup> Entrevista concedida pelo ex-coordenador do jornal *O verbo*.

<sup>14</sup> Lembramos que a noção de poder em Arendt diz respeito ao exercício do discurso e da ação numa arena pública. Seria aquela capacidade de agir em concerto semelhante à hegemonia de Gramsci. Neste sentido o autoritarismo nunca seria uma forma de poder, mas sim a violência que o destrói.



jornal parece assumir é este monitoramento/controlado social da política pública e em menor escala dos problemas ao redor dela.

Este processo de disputa por hegemonias alternativas não ocorre de forma linear e muitos de seus resultados não são permanentes. O Jornal estudantil parece ser, portanto, um instrumento pedagógico não apenas para os alunos, mas também para os educadores acerca da aprendizagem e do convívio com a pluralidade ou como com a “fragilidade dos negócios humanos” nos termos de Hannah Arendt.

## 5. REFERÊNCIAS

ARENDT, H. **As origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. **A condição humana**. 10. ed. Rio e janeiro: Forense Universitária, 2001.

\_\_\_\_\_. **Eichmann em Jerusalém: uma relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

\_\_\_\_\_. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume- Dumará, 1994.

BARBALHO, A.; SOUSA, A. . Tensões e mediações no jornalismo estudantil: a experiência do Projeto Clube do Jornal. In: BARBALHO, Alexandre; FUSER, Bruno; COGO, Denise. (Org.). **Comunicação para a cidadania: Temas e aportes teórico-metodológicos**. São PAulo: INTERCOM, 2010, v. 05, p. 131-148.

BARBALHO, A.; SOUSA, A. Jornalismo Estudantil: a experiência do Clube do Jornal. **Revista Eco (UFRJ)**, v. 12, p.84-97, 2009.

DA MATTA. R. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5ªed. Rio de janeiro; Rocco, 1997.

COMUNICAÇÃO E CULTURA. **Conceitual do projeto clube do jornal**. Fortaleza: Comunicação e Cultura, 2005b.

DAGNINO, E. (Org). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e terra, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.



GRAMSCI, A. **A concepção dialética da história**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

\_\_\_\_\_. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

MARTIN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 5. ed. Rio e janeiro: UFRJ, 2008.

SAFRANSKI, R. Heidegger, Hannah Arendt e Jaspers no pós-guerra. In. \_\_\_\_\_. **Heidegger: um mestre da Alemanha entre o bem e o mal**. São Paulo: Geração editorial, 2000.

SENNETT, R. **O declínio do homem público**. São Paulo: Companhia das letras, 1988.

SOUSA, A. Soltando o verbo: interlocuções entre jornalismo popular-alternativo e movimentações de juventude contemporânea. In: Anais XXXII Congresso Brasileiro de Comunicação, Curitiba, 2009.

TELLES, V. Política e espaço público na construção do “Mundo Comum”: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt in \_\_\_\_\_. **Direitos sociais: afinal do que se trata?** Belo Horizonte: UFMG, 1999.